



XVII ENANPUR

SÃO PAULO • 2017

A estrutura social das metrópoles brasileiras em uma década de mudanças (2000-2010)

The social structure of the Brazilian metropolises in a decade of changes (2000-2010)

Alexandre Magno Alves Diniz, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais; Pesquisador do Observatório das Metrópoles, alexandremadiniz@gmail.com

Jupira Gomes de Mendonça, Universidade Federal de Minas Gerais; Pesquisadora do Observatório das Metrópoles; Pesquisadora do CNPq, jupira@ufmg.br

Luciana Teixeira de Andrade, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais; Pesquisadora do Observatório das Metrópoles; Pesquisadora do CNPq. lucianatandrade1@gmail.com

RESUMO

Este artigo busca analisar as mudanças ocorridas na estrutura sócio-ocupacional das 15 principais regiões metropolitanas brasileiras nos últimos dez anos (2000-2010). A motivação principal foi compreender se as mudanças sociais e econômicas que ocorreram nessa década, captadas por vários indicadores, também puderam ser percebidas na estrutura da sociedade metropolitana. A *ocupação* foi utilizada como variável principal para a análise e a sua fonte empírica foram os Censos Demográficos do IBGE. A partir da ocupação se construiu uma *proxy* da estrutura social, combinando a variável ocupação com posição na ocupação, setor de atividade, escolaridade e renda. Agrupadas inicialmente em vinte e cinco categorias sócio-ocupacionais, deram origem a oito grupos hierárquicos. A comparação mostrou um grau pequeno de mudanças, de maneira que não se pode concluir que tenha havido alterações significativas na estrutura da sociedade brasileira. No entanto, algumas mudanças são reveladoras dos movimentos e processos da década. As principais foram: o aumento dos profissionais de nível superior e o encolhimento dos grupos dirigentes e dos pequenos empregadores. Por outro lado puderam ser detectados movimentos destoantes por parte de algumas RMs, o que demandará acompanhamento e novas investigações.

Palavras Chave: hierarquia social; metrópoles brasileiras; análise comparativa; grupos sócio-ocupacionais

ABSTRACT

This article seeks to analyze the changes in the socio-occupational structure of the 15 major Brazilian metropolitan regions over the last ten years (2000-2010). The main motivation was to understand if the social and economic changes taking place over the last decade, captured by several indicators, could also be perceived in the metropolitan social structure. The *occupation* was used as the main variable in the analysis and IBGE's Demographic Censuses were the major empirical sources. Based on occupational data a proxy of the social structure was constructed, combining the variable occupation with the position in the occupation, sector of activity, and educational and income levels. Initially grouped in twenty-five socio-occupational categories, these classes gave rise to eight hierarchical groups. The comparison showed a small degree of socio-occupational change, so that it cannot be concluded that significant changes in the metropolitan social structure took place. However, some changes are revealing of the movements and processes observed in Brazil along the decade. The main ones were: the increase of professional workers and the shrinking of small entrepreneurs and managerial and supervisory workers. On the other hand, contradictory movements were identified among the metropolitan regions, which will require further monitoring and investigation

Keywords: Social hierarchy; Brazilian metropolises; Comparative analysis; Socio-occupational groups

RESUMEN

El texto que se presenta tiene la intención de analizar los cambios ocurridos en la estructura socio-ocupacional de las 15 principales regiones metropolitanas brasileñas en los últimos diez años (2000-2010). La principal motivación fue entender si los cambios sociales y económicos que ocurrieron en la década, los cuales fueron captados por distintos indicadores, pueden ser también percibidos en la estructura de la sociedad metropolitana. La *ocupación* fue utilizada como principal variable para el análisis y los datos censales del IBGE constituyeron la fuente empírica. A partir de la ocupación, se construyó un *aproxy* de la estructura social, combinando la variable ocupación con la posición en la ocupación, el sector de actividades, la escolaridad y la renta. Inicialmente agrupadas en veinte y cinco categorías socio-ocupacionales, estas dieron origen a ocho grupos jerárquicos. La comparación ha mostrado cambios en un grado pequeño, por lo que no se puede concluir que haya habido alteraciones significativas en la estructura de la sociedad brasileña. Sin embargo, algunos cambios son reveladores de los movimientos y procesos de la década. Los principales fueron: incremento de los profesionales de nivel superior y desvanecimiento de los grupos dirigentes y de los pequeños empleadores. Por otra parte, se pudieron detectar movimientos desentonados en algunas regiones metropolitanas, lo que demandará seguimiento y nuevas investigaciones.

Palabras Clave: jerarquía social; metrópoles brasileñas; análisis comparativo; grupos socio-ocupacionales

INTRODUÇÃO

Este artigo pretende compreender as mudanças que se processaram na última década na estrutura social de 15 metrópoles brasileiras, e é parte de uma investigação maior sobre os processos de estruturação e mudança nas metrópoles empreendida pela rede de pesquisa Observatório das Metrópoles (OM).¹

O ponto de partida do trabalho do Observatório das Metrópoles foi a construção de uma hierarquia social suportada na categoria *trabalho*. A compreensão acerca desta categoria é ampliada para além da oposição entre propriedade do capital e propriedade da força de trabalho, entendendo-se que há distintas posições sociais, relacionadas ao grau de concentração do capital, posições de autonomia ou subordinação, de comando ou execução. Assim, por exemplo, a oposição trabalho manual x trabalho não-manual define não apenas a posição na estrutura produtiva, mas na própria hierarquia social, em que as tarefas braçais situam-se em estratos reconhecidos socialmente como inferiores. Entre os trabalhadores não-manuais há aqueles em posição de controle e outros em posições de execução de tarefas. Em cada uma das posições há um reconhecimento social, que posiciona o indivíduo em uma hierarquia. Os agentes sociais, como diz Bourdieu (1997), estão situados num lugar do espaço social, que se pode caracterizar por sua posição relativa e pela distância que os separa.

Do ponto de vista empírico, a *ocupação* foi utilizada como variável principal para a análise do espaço social. O IBGE define como *ocupação* o emprego, cargo, função, profissão exercido durante a maior parte dos 12 meses anteriores à data de referência do Censo Demográfico.² A partir de dados do Censo foi possível, então, construir uma *proxy* da estrutura social, combinando a variável ocupação com outras como posição na ocupação, setor de atividade, escolaridade e renda.

Trata-se, por um lado, de localizar os indivíduos nas posições ocupacionais que formam a divisão social do trabalho vigente na economia metropolitana brasileira e, por outro, de identificar os agrupamentos que representam posições sociais ou classes de posições sociais com certa homogeneidade social, formando distintos “*milieus sociaux*”, socialmente “re-conhecidos”. Desta maneira, as ocupações foram agrupadas inicialmente em vinte e cinco categorias sócio-ocupacionais representativas do espaço social metropolitano, que deram origem a oito grupos hierárquicos. Os oito grupos hierárquicos são: **Dirigentes** (Grandes Empregadores, Dirigentes do Setor Público, Dirigentes do Setor Privado); **Profissionais de Nível Superior** (Profissionais Autônomos de Nível Superior, Profissionais Empregados de Nível Superior, Profissionais Estatutários de Nível Superior, Professores de Nível Superior); **Pequenos Empregadores**; **Ocupações Médias** (Ocupações Artísticas e Similares, Ocupações de Escritório, Ocupações de Supervisão, Ocupações Técnicas, Ocupações Médias da Saúde e Educação, Ocupações de Segurança Pública, Justiça e Correios); **Trabalhadores do Terciário** (Trabalhadores do Comércio, Prestadores de Serviços Especializados); **Trabalhadores da Indústria** (Trabalhadores da Indústria Moderna, Trabalhadores da Indústria Tradicional, Operários dos Serviços Auxiliares, Operários da Construção Civil); **Trabalhadores do Terciário não especializado** (Prestadores de Serviços Não Especializados, Trabalhadores Domésticos, Ambulantes e biscateiros); **Trabalhadores na**

1Essa rede vem pesquisando as metrópoles brasileiras desde os anos de 1990, por equipes de pesquisadores constituídas em diferentes regiões metropolitanas do Brasil. Tais equipes vêm trabalhando na compreensão das suas respectivas regiões, a partir de uma base metodológica comum de forma que os resultados sejam comparáveis. Para ter acesso aos estudos ver <<http://transformacoes.observatoriiodasmetrololes.net/livro/>>.

2IBGE, Censo Demográfico de 1991, Documentação dos Microdados, p.35.

Agricultura. Os dados censitários são os únicos disponíveis, no Brasil, com possibilidade de comparação ao mesmo tempo espacial e temporal, contemplando dados do mundo do trabalho.³

No trabalho aqui apresentado, vamos nos concentrar na compreensão das mudanças a das permanências na estrutura ocupacional de 15 metrópoles⁴ em dois momentos do tempo, 2000 e 2010, a partir da metodologia acima descrita. São elas: Belém, Belo Horizonte, Brasília, Campinas, Curitiba, Florianópolis, Fortaleza, Goiânia, Manaus, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador, São Paulo e Vitória.

A escolha dessas 15 metrópoles é resultado dos esforços empreendidos pelo IBGE (2008) e pelo OM (2009) com o objetivo de determinar o que é realmente metropolitano no conjunto das RMs institucionalizadas. Isto porque a partir da Constituição de 1988, quando a competência da criação e das mudanças na composição das RMs passou para a esfera estadual, houve uma proliferação de regiões metropolitanas e o crescimento, em número de municípios, de várias delas. Utilizando-se de vários indicadores o Observatório das Metrópoles construiu uma hierarquia dos espaços urbanos, distinguindo aqueles efetivamente metropolitanos de outros que, apesar de institucionalizados, não deveriam ser assim classificados. As 15 regiões acima citadas e que serão objeto de estudo neste artigo, são aquelas identificadas como efetivamente metropolitanas.⁵

A década de 2000 apresentou índices econômicos e sociais muito positivos. Algumas das suas características foram: aumento do emprego formal, elevação real do salário mínimo e aumento da escolaridade e de pessoas com curso superior. Não cabe neste trabalho, discutir os processos que produziram estes resultados,⁶ mas verificar se houve impacto sobre a estrutura social brasileira, tomando como representação dessa estrutura a hierarquia sócio-ocupacional, cuja metodologia de construção foi brevemente descrita acima.

A justificativa da questão central - saber se houve de fato uma mudança na estrutura sócio-ocupacional das metrópoles (entendida como uma *proxy* da estrutura social) - relaciona-se a outras avaliações que tratam das transformações na sociedade brasileira nos últimos 10 anos a partir da análise de alguns indicadores econômicos, sociais e de infraestrutura urbana (NERI, 2011; RIBEIRO; RIBEIRO, 2011, ARRETCHÉ, 2015, ANDRADE, 2016). Essas análises mostram uma mudança positiva em vários indicadores, principalmente se tomados isoladamente. A questão que permanece é a de compreender se essas mudanças se refletiram na estrutura social. E, se sim, qual foi a sua direção? Quais os grupos mais afetados, seja no sentido do seu crescimento, seja do seu encolhimento? Qual o significado destas mudanças? Que possíveis explicações podem ser levantadas?

3A origem da construção do método remonta a metodologia desenvolvida por Chenu e Tabard (1993) no início dos anos noventa para o território francês e posteriormente trabalhada por Edmond Preteceille em Paris e Luiz César Ribeiro para o Rio de Janeiro.

4 Embora os dados tenham sido organizados para as regiões metropolitanas institucionalizadas por lei, sabe-se que a metrópole e sua aglomeração agregam a quase totalidade da população da RM. Neste trabalho serão utilizados indistintamente os termos metrópole e região metropolitana para tratar da mesma realidade.

5 Para mais detalhes a respeito da metodologia e da hierarquização dos municípios e das RMs, ver RIBEIRO (2009).

6 Para análises do período, ver, entre outros, IPEA (2010). Ver também o conjunto de livros produzidos pelo Observatório das Metrópoles, analisando as mudanças no período 1980-2010 em cada uma das regiões metropolitanas estudadas pela rede – a coleção Metrópoles: território, coesão social e governança democrática (Série Estudos Comparativos) pode ser acessada em <<http://transformacoes.observatoriodasmetropoles.net/livro/>>.

Antes de iniciar a comparação e análise dos dados, algumas notas sobre o ato de comparar ajudam-nos a esclarecer melhor os objetivos deste texto.

Comparar é parte fundamental da atividade cognitiva nas ciências sociais e humanas (DURKHEIM, 1995, SARTORI, 1994). A comparação, diferentemente dos estudos de caso, permite que as tendências comuns, caso existam, sejam captadas, assim como as discrepâncias. E, diferentemente dos estudos de caso, tem como objetivo captar tendências gerais, sem se aprofundar na realidade de cada caso. Trata-se de escolhas metodológicas distintas, ainda que o diálogo entre elas seja possível e desejável. A comparação ocorre entre entidades que possuam tanto atributos semelhantes quanto distintos, de forma que as diferenças e as similitudes possam ser explicitadas, e as generalizações controladas (Sartori, 1994). Este artigo comparou, no intervalo de 10 anos, a estrutura sócio-ocupacional presente em 15 RMs localizadas em distintos lugares do território nacional com o objetivo de responder as questões acima colocadas.

Um argumento, frequentemente levantado contra as investigações comparativas, diz respeito ao que se convencionou chamar de incomensurabilidade do que se pretende comparar. Sartori (1994) sustenta que a comparação se faz entre variáveis e não entre unidades, sejam elas espaciais ou de outra natureza. No caso dos estudos urbanos a tese da incomensurabilidade é frequentemente levantada quando se pretende comparar, por exemplo, unidades espaciais com escalas territoriais e populacionais muito distintas, sejam elas países, regiões ou cidades. Trata-se de um falso dilema. Não há nenhum impedimento de se comparar, por exemplo, padrões de segregação em diferentes países, cidades ou regiões. Jennifer Robinson (2011) também questiona a tese da incomensurabilidade e lista vários argumentos a favor da comparação, não apenas pelas semelhanças, mas também pelas diferenças. O primeiro deles é que as teorias só podem ter um alcance geral à medida que diferentes realidades sejam contempladas. Segundo, a comparação entre situações distintas pode produzir um choque cultural de forma a perceber conexões novas e insuspeitas (PICKVANCE⁷, apud ROBINSON, 2011). Terceiro, quanto mais abstratos forem os conceitos (e menos descritivos e presos às realidades locais) maiores serão as chances dos problemas serem contemplados e de se perceber as diferenças entre eles. Por fim, a comparação entre diferentes contextos, além de funcionar como um antídoto em relação às certezas derivadas do paroquialismo, conduz a explicações mais nuançadas, mas em maior conformidade com a complexidade das cidades e seus problemas.

No caso aqui analisado, a comparação teve como questão central as possíveis alterações na estrutura social de 15 regiões metropolitanas brasileiras, localizadas em distintos lugares do território nacional, no intervalo de 10 anos. As diferenças, assim como as similitudes interessam-nos na medida em que podemos perceber como tendências gerais e até globais atingiram as metrópoles brasileiras. Da mesma forma, pode-se observar se fatores históricos e regionais, como, por exemplo, a concentração histórica de certos processos ou a influência de políticas públicas, afetaram diferentemente as RMs. Nesse momento os limites da comparação podem se valer das virtudes dos estudos de caso, como a atenção ao contexto, como também à possibilidade de explicações multicausais. Se na comparação abre-se mão das explicações localistas, é importante atentar para as situações em que resultados semelhantes decorram de causas distintas, em função, por exemplo, de distintos processos históricos. Daí a importância das pluralidades causais (ROBINSON, 2011).

⁷Pickvance, C. (1986) Comparative urban analysis and assumptions about causality. *International Journal of Urban and Regional Research* 10.2, 162–84.

Apesar de a comparação não ser algo novo nas ciências sociais e humanas, o processo de globalização despertou ainda mais o seu interesse (ROBINSON, 2011), até porque diferentes manifestações sócioeconômicas, culturais e políticas passaram a ser analisadas como expressões de processos globais. Esse interesse acabou por produzir uma contra tendência que viu em grande parte das explicações globalizantes a imposição de teorias e explicações que partem de realidades muito específicas, mas em função do “lugar” e de “como” foram veiculadas (estamos nos referindo aqui a relações de poder) acabam se impondo e sendo aceitas como gerais. Mais uma vez a questão não é puramente metodológica, mas de natureza político-teórica que vem demandando uma posição mais autônoma dos estudiosos, de forma que possam tanto compreender as influências globais sobre as suas realidades estudadas, como pensá-las a partir das especificidades de seus contextos.

AS MUDANÇAS RECENTES NA HIERARQUIA SÓCIO-OCUPACIONAL BRASILEIRA

Antes de apresentar e analisar os dados, é importante tecer algumas considerações sobre a formação histórica brasileira com foco na formação da sociedade urbana, de modo a compor o quadro mais geral em que se situa a análise.

O Brasil compartilha, com a América Latina, a condição histórica de país colonizado e tardiamente inserido no cenário capitalista mundial, que resultou em projeto nacional de bem-estar incompleto, convivente com a informalidade e a precariedade. Como já demonstrou Oliveira (2003),

“nas condições concretas de expansão do capitalismo no Brasil, o crescimento industrial teve que se produzir sobre uma base de acumulação capitalista razoavelmente pobre, já que a agricultura fundava-se, em sua maior parte, sobre uma ‘acumulação primitiva’. Isto quer dizer que o crescimento anterior à expansão industrial dos pós-anos 1930 não somente não acumulava em termos adequados à empresa industrial, como não sentou as bases da infraestrutura urbana sobre a qual a expansão industrial repousasse (...). [Esta] vai compatibilizar-se com a ausência de acumulação capitalista prévia, que financiava a implantação dos serviços, lançando mão dos recursos de mão-de-obra, reproduzindo nas cidades um tipo de crescimento horizontal, extensivo, de baixíssimos coeficientes de capitalização, em que a função de produção sustenta-se basicamente da abundância de mão-de-obra” (p.55).

O populismo, forma particular de governo do período inicial de expansão capitalista no Brasil, produziu um pacto de classes urbanas – nascente burguesia e operariado – com uma legislação trabalhista que, naquele momento, não afetou as relações de produção agrárias (Oliveira, *op. cit.*), ao mesmo tempo em que não impediu a formação de uma enorme massa urbana precarizada. “O ‘anárquico’ do crescimento urbano não é ‘caótico’ em relação às necessidades da acumulação” (OLIVEIRA, *op. cit.*, p.59).

Nas décadas seguintes, mantiveram-se os condicionantes histórico-estruturais da nossa constituição como semiperiferia da expansão do moderno sistema capitalista (RIBEIRO, 2013). Internamente, constituiu-se uma rede de cidades associada a uma diferenciação do território segundo a divisão nacional do trabalho e a posição que cada região ocupa no processo de acumulação do capital industrial. Três longos períodos compreendem esse processo: “[...] substituição de importações (1930/1980), crise (1981/1990) e transição em direção a uma nova fase de expansão, cujas marcas são a abertura econômica e a reestruturação dos padrões de organização produtiva” (RIBEIRO, 2013, p.13).

Na análise da década de 2000, assumimos com Ribeiro (2013) que

“na ótica do neo-liberalismo periférico como tendência do período contemporâneo há a reconstrução do tripé capital internacional/Estado/capital nacional, agora sob a hegemonia do capital financeiro (internacional e nacional) e de sua lógica, com o reforço e internacionalização de grandes grupos econômicos nacionais (...). Há nesta concepção do longo período 1990/2010 a hipótese da consolidação do modelo liberal como sucessão ao modelo de substituição de importação com a alteração, porém, da coalizão de forças dirigidas pelo capital financeiro-exportador (bancos e agronegócios) em associação com segmentos nacionais do grande capital, articulados dentro do Estado. Este seria, a meu ver, o fato mais relevante para compreender o paradoxo de período em que o Estado intervém fortemente na economia, mas num padrão que poderia ser identificado como keynesianismo eleitoral a serviço da histórica aliança conservadora renovada” (p. 47).

Para a análise proposta, foi observado o comportamento dos grupos sócio-ocupacionais nas quinze metrópoles brasileiras mencionadas. O estudo contempla quatro aspectos da dinâmica metropolitana entre 2000 e 2010. Primeiramente, pergunta-se se as diferenças encontradas nos grupos sócio-ocupacionais no conjunto metropolitano em 2000 e 2010 são estatisticamente significativas. Num segundo momento, apresenta-se uma discussão do crescimento absoluto e relativo desses grupos nas 15 principais regiões metropolitanas brasileiras, evidenciando-se padrões gerais e excepcionalidades. Posteriormente, identificam-se as principais concentrações regionais dos grupos, bem como os efeitos do crescimento diferencial observado nos anos 2000 nas concentrações identificadas. Por fim, verificam-se os efeitos da hierarquia demográfica metropolitana nos padrões de crescimento absoluto e relativo encontrados nos anos 2000. Os resultados são apresentados a seguir.

A COMPARAÇÃO DE DUAS MÉDIAS (TESTE DE T)

Em 2000 as RMs brasileiras contabilizavam quase 24 milhões de trabalhadores ocupados, distribuídos assimetricamente entre os grupos sociais. No conjunto metropolitano, 26,85% da força de trabalho encontrava-se em ocupações médias, seguidas dos trabalhadores do secundário (22,98%), do terciário (19,20%), do terciário não especializado (17,55%), profissionais de nível superior (7,33%), dirigentes (2,27%), pequenos empregadores (2,10%) e trabalhadores agrícolas (1,73%) (tabelas 1 e 2). Em 2010, período de crescimento econômico e aumento das oportunidades de emprego, houve forte expansão da força de trabalho das RMs, ultrapassando-se os 30 milhões de trabalhadores. No entanto, percebem-se algumas mudanças na importância relativa dos grupos ocupacionais desde 2000, sem que tenha havido profunda alteração em sua posição. As ocupações médias permanecem as mais numerosas, com 26,62%, seguidas do secundário (22,26%), terciário (18,84%), terciário não especializado (16,11%) e nível superior (11,44%). Mas em que medida essas diferenças são consistentes entre as regiões metropolitanas brasileiras? Seria possível identificar padrões gerais? As alterações observadas são estatisticamente significativas?

A análise dos testes de comparações de duas médias (teste t)⁸ (tabela 3) aponta padrões diferenciados no comportamento dos grupos sócio-ocupacionais no âmbito metropolitano

⁸ O teste de t constitui-se na análise das médias de duas populações com base nos princípios dos testes estatísticos. O teste de t com duas amostras é geralmente empregado quando se tem pequenos tamanhos amostrais, testando-se a

brasileiro, atestando alterações parciais na composição sócio-ocupacional metropolitana entre 2000 e 2010. Note-se que os testes apontaram diferenças estatísticas significativas na importância relativa das categorias dirigentes, pequenos empregadores, profissionais de nível superior e trabalhadores do terciário não especializado entre 2000 e 2010, sugerindo a existência de processos reestruturadores consistentes no âmbito dessas categorias nas RMs brasileiras.

O exame dos coeficientes de variação⁹ ajuda a compreender a razão para a inexistência de significância estatística entre 2000 e 2010 para os demais grupos sócio-ocupacionais. No caso das ocupações agrícolas, obteve-se uma diferença entre as médias metropolitanas de 2000 e 2010 de 0,12%, valor expressivo quando se tomam as médias daqueles anos (2,66% e 2,53%, respectivamente) em consideração. No entanto, esta diferença oscilou enormemente entre as RMs, como se pode constatar na apreciação dos coeficientes de variação, ambos acima de 0,4. Por trás desses resultados existe um processo determinante: a incorporação de novos municípios em algumas das RMs brasileiras entre 2000 e 2010, boa parte dos quais com populações diminutas, que apesar de terem impacto reduzido no conjunto dos grupos ocupacionais em tela têm participação determinante nas atividades agrícolas.

Por outro lado, as diferenças das médias observadas nos grupos ocupacionais médios, terciários e do secundário entre 2000 e 2010, além de serem consistentes nas RMs brasileiras, são pequenas quando comparadas aos valores médios apresentados naqueles anos; elementos responsáveis pela insignificância estatística dos testes de t.

consistência estatística da diferença entre as médias das amostras, em face de variâncias ignoradas. Ver Burt;Barber;Rigby (2009) para uma descrição pormenorizada do teste.

⁹ Medida de dispersão estatística, que expressa a variabilidade dos dados, retirando-se a influência da ordem de grandeza da variável, cujo cálculo resulta da comparação entre o desvio padrão e a média da distribuição (TOLEDO; OVALLE, 1995).

Tabela 1
Diferença das médias amostrais (Teste de T) para importância relativa das Categorias
Ocupacionais entre as 15 principais regiões metropolitanas brasileiras (2000 e 2010)*

Grupos	Ano	N	Média	Desv. Pad	Coef. Var.	T	GL	Sig. (bi-caudal)	Dif. Média
Trabalhadores agrícolas	2.000	15	2,660	1,689	0,436	0,208	28	0,837	0,123
	2.010	15	2,537	1,563	0,404				
Dirigentes	2.000	15	2,054	0,434	0,112	3,195	28	0,003	0,454
	2.010	15	1,600	0,338	0,087				
Pequenos Empregadores	2.000	15	2,109	0,512	0,132	4,384	28	0,000	0,743
	2.010	15	1,366	0,411	0,106				
Profissionais de Nível Superior	2.000	15	6,815	1,289	0,333	-7,820	28	0,000	-3,858
	2.010	15	10,673	1,410	0,364				
Ocupações Médias	2.000	15	26,229	1,771	0,457	0,189	28	0,852	0,125
	2.010	15	26,104	1,855	0,479				
Trabalhadores do Terciário	2.000	15	19,245	1,846	0,477	0,026	28	0,979	0,019
	2.010	15	19,226	2,216	0,572				
Trabalhadores do Secundário	2.000	15	22,864	3,323	0,858	0,225	28	0,823	0,255
	2.010	15	22,609	2,865	0,740				
Trabalhadores do Terciário Não Especializado	2.000	15	18,023	2,328	0,601	2,831	28	0,008	2,138
	2.010	15	15,886	1,770	0,457				

* O teste assume variâncias iguais

Fonte: (IBGE 2000 e 2010)

Pode-se, portanto, concluir que houve substantiva alteração na proporção de indivíduos ocupados em atividades agrícolas nas metrópoles brasileiras entre 2000 e 2010, porém essas alterações não se deram de modo consistente ou homogêneo entre as RMs. Por outro lado, as mudanças observadas na participação relativa dos grupos médios, terciários e secundários são de pequena monta, não configurando uma substantiva reestruturação sócio-ocupacional.

AS CATEGORIAS SÓCIO-OCUPACIONAIS NO CONJUNTO METROPOLITANO BRASILEIRO

Embaladas pelo crescimento do PIB e pela expansão populacional, as RMs brasileiras experimentaram expressivo crescimento de sua força ocupacional entre 2000 e 2010, tanto em termos absolutos, quanto em termos relativos. A tabela 2 indica uma expansão acima de seis milhões de pessoas ocupadas, representando um crescimento total da ordem de 25,7% ao longo dos anos 2000. No entanto, a exemplo do que se viu nos testes de comparações de duas médias (teste t), o comportamento dos grupos sócio-ocupacionais mostrou-se diferenciado no conjunto das regiões metropolitanas.

Ao longo dos anos 2000 verificou-se que enquanto algumas RMs experimentaram ganhos absolutos significativos, outras exibiram perdas expressivas nos grupos sócio-ocupacionais. Destaque-se a expansão dos profissionais de nível superior (1.690.144), dos grupos médios (1.586.557), trabalhadores no secundário (1.200.397), no terciário (1.076.356), no terciário não-

especializado (647.650) e agrícolas (120.020); ao passo que os pequenos empregadores (-102.620) e os dirigentes (-52.864) viram seus números diminuir de forma expressiva.

O impacto desses números na importância relativa dos grupos sócio-ocupacionais também foi diferenciado no conjunto das principais regiões metropolitanas brasileiras (tabela 3). Os grupos que experimentaram os maiores ganhos proporcionais foram os profissionais de nível superior (96,03%), seguidos dos trabalhadores agrícolas (28,94%), de ocupações médias (24,62%), do terciário (23,37%), do secundário (21,77%) e do terciário não especializado (15,38%). Os impactos negativos foram registrados entre os pequenos empregadores (-20,40%) e os dirigentes (-9,71%).

AS CATEGORIAS SÓCIO-OCUPACIONAIS E AS REGIÕES METROPOLITANAS BRASILEIRAS

TOTAL GERAL

O crescimento no número total de indivíduos ocupados nas RMs brasileiras segue parcialmente a hierarquia demográfica das metrópoles, uma vez que São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte foram aquelas que apresentaram os maiores crescimentos em termos absolutos (1.535.294; 759.722; e 510.886, respectivamente), o que se deve justamente ao fato de serem as maiores metrópoles em termos populacionais. No entanto, também se destacam na expansão do mercado de trabalho a RM Goiânia (431.499), Fortaleza (367.243) e Curitiba (359.129) – ver Tabela 2.

O exame do crescimento percentual de cada grupo sócio-ocupacional traz à tona uma realidade distinta, indicando o impacto na composição geral das ocupações metropolitanas geradas ao longo dos anos 2000 – ver Tabela 3. Note-se, inicialmente, que a expansão global no conjunto das RMs brasileiras foi de 25,69%. No entanto, algumas RMs apresentaram crescimento muito acima da média nacional, com destaque para Florianópolis (42,21%), Manaus (41,62%), Goiânia (37,25%), Brasília (36,82%), Fortaleza (34,41%) e Campinas (33,10%); metrópoles posicionadas em níveis hierárquicos inferiores, mas cujo crescimento populacional também foi alto em relação à média das metrópoles estudadas. Por outro lado, exibiram crescimento global abaixo da média nacional as RMs Rio de Janeiro (18,43%), Porto Alegre (18,92%) e São Paulo (21,58%), cujo crescimento populacional também foi abaixo da média. O impacto diferencial do crescimento dos grupos ocupacionais acabou por gerar algumas reestruturações na composição ocupacional metropolitana, como poderá ser visto mais adiante no exame dos quocientes locais. Antes, observemos as mudanças relativas aos grupos sócio-ocupacionais urbanos.

DIRIGENTES

Em termos relativos, o conjunto metropolitano experimentou uma queda de 9,71%, que afetou as RMs de distintas maneiras, uma vez que o grupo dos dirigentes vivenciou significativa expansão nas RMs Florianópolis (38,73%), Goiânia (16,15%), Vitória (16,03%) e Belém (15,94%), enquanto São Paulo (-21,34%), Rio de Janeiro (-16,09%), Campinas (-10,00%), e Belo Horizonte (-8,54%) viveram significativa queda no período.

PEQUENOS EMPREGADORES

Na análise dos percentuais, nota-se que os impactos da evolução 2000-2010 foram drásticos no conjunto metropolitano, tendo-se observado retração da ordem de -20,40% nesse grupo. Essa

diminuição foi sentida de modo ainda mais dramático nas RMs Belo Horizonte (-34,28%), Rio de Janeiro (-27,06%), Belém (-24,55%) e Salvador (-23,48%). Comportamento diverso foi vivenciado na RM Florianópolis (11,9%) e Manaus (9,1%), onde se constatou crescimento positivo no número de pequenos empregadores. No caso de Florianópolis, a formação de um parque de inovações e o surgimento de *startup* tecnológicas pode explicar este crescimento. No caso de Manaus, cuja indústria havia sido implantada por decisão governamental, “dentro de uma estratégia geopolítica de ocupação da Amazônia”, após a crise nos anos de 1990, voltou a se reestruturar e ampliar (Diniz, 2006, p. 25).

PROFISSIONAIS DE NÍVEL SUPERIOR

Em termos relativos, é digna de nota a grande expansão dos profissionais de nível superior entre 2000 e 2010, quando se constatou um crescimento de 96,03%. Em algumas RMs o crescimento percentual foi ainda superior, como são os casos de Manaus (182,18%), Goiânia (137,70%), Vitória (137,00%), Fortaleza (116,17%), Curitiba (109,86%) e Belo Horizonte (100,82%).

OCUPAÇÕES MÉDIAS

Na condição de segundo grupo sócio-ocupacional com a maior expansão nos anos 2000, em números absolutos as ocupações representaram um crescimento geral nas regiões metropolitanas brasileiras da ordem de 24,62% entre 2000 e 2010, período no qual as RMs de Goiânia (38,28%), Campinas (35,44%), Recife (35,26%), Belo Horizonte (33,67%) e Florianópolis (33,57%) experimentaram expansão acima da média nacional. Abaixo da média encontram-se as RMs Rio de Janeiro (13,49%) e São Paulo (19,45%).

TRABALHADORES DO TERCIÁRIO

A trajetória do grupo terciário também se mostrou ascendente em todo o conjunto metropolitano. Os valores significaram um crescimento geral de 23,37% no conjunto metropolitano na década passada, sendo que Manaus (61,32%), Florianópolis (48,17%), Brasília (43,49%) e Vitória (37,69%) destacam-se acima da média metropolitana.

TRABALHADORES DO SECUNDÁRIO

No geral, o grupo dos trabalhadores do secundário experimentou crescimento de 21,77% nos anos 2000 entre as RMs brasileiras, sendo que regiões industriais importantes como Porto Alegre (6,60%), São Paulo (11,23%) e Rio de Janeiro (18,64%) cresceram abaixo do conjunto metropolitano. Por sua vez, Manaus (45,54%), Fortaleza (42,71%), Brasília (40,96%), Goiânia (40,48%), Salvador (35,05%) e Vitória (29,11%) são destaques acima do padrão global.

Tabela 2
Evolução absoluta dos Grupos Ocupacionais nas RMs Brasileiras (2000-2010)

RM	Agricultores		Industriais		Peq. Empreendedores		Nível Superior		Terciário		Ocupações Médias		Secundário		Terciário não Especializado		Total	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010
Belém	12.122	17.223	5.101	6.523	6.464	-1.033	3.571	7.290	1.524	1.456	1.807	3.765	13.063	16.746	3.683	7.741	63.753	80.971
Belo Horizonte	27.543	37.410	9.867	12.217	2.578	-13.776	12.217	25.147	126.253	324.902	450.399	601.006	151.407	41.266	4.268	34.749	173.925	22.401
Campanha	24.357	24.998	641	2.456	2.050	-2436	6.540	14.137	7.337	1.603	2.954	66.231	29.300	352.492	6.947	155.119	13.063	324.874
Curitiba	55.938	69.275	13.337	28.705	2.808	-18.89	8.694	1.624	8.551	2.059	337.84	311.839	411.055	99.216	29.300	20.965	117.919	15.383
Florianópolis	6.608	7.214	3.547	6.980	850	-1012	2.534	5.253	2.691	567.79	84.053	272.24	30.307	592.20	62.443	2.322	30.452	4.331
Foz de Iguaçu	39.370	46.614	7.243	14.771	1.343	-3731	5.538	1.921	6.782	2.208	643.33	247.201	7.951	26.650	11.375	207.121	14.377	367.243
Goiania	37.652	43.845	2.208	15.716	1.018	-3185	4.459	1.059	1.407	1.422	2.010	5.891	1.059	365.238	7.643	13.981	76.959	104.672
Manaus	3.652	4.947	1.119	7.625	614	-458	57	2.240	627	4.051	1.701	4.730	12.886	197.547	9.851	100.53	53.903	75.462
Pôrto Alegre	32.984	45.229	1.255	3.506	420	-298	11.449	2.064	9.391	2.695	257.03	412.266	4.910	467.643	2.943	230.117	25.323	231.14
Recife	19.934	25.522	1.708	3.041	1.562	-1.854	6.536	1.540	3.384	1.953	3.016	2.962	41.993	714.395	2.718	20.858	12.874	18.982
Rio de Janeiro	41.501	58.660	2.458	6.552	3.267	-3184	8.262	1.562	3.494	1.019	1.019	1.019	4.193	1.019	2.019	1.019	1.019	1.019
Rio de Janeiro	21.032	28.660	2.648	5.710	8184	-13792	61.84	5.710	251.127	84.741	996.739	144.135	144.135	84.135	84.135	84.135	84.135	84.135
Salvador	16.573	23.701	7.128	2.083	20.574	-298	7.861	1.039	7.047	2.413	317.518	4.012	83.754	23.588	34.394	7.906	332.33	14.698
São Paulo	35.980	50.310	14.420	18.249	14.850	-4203	11.488	-332	55.361	13.400	1.387	1.387	1.387	1.387	1.387	1.387	1.387	1.387
Vitória	13.505	12.088	-1418	11.714	13.591	1877	1464	3.419	7.443	4.394	11.000	151.480	44.995	13.374	172.723	3.965	11.451	6.361
Total Geral	414.716	534.738	120.020	544.570	491.506	-52.965	175.999	34.501	169.014	46.066	10.763	6.444	803.966	1.586.558	851.429	6.714.691	120.039	421.181

Fonte: IBGE (2000 e 2010)

Tabela 3
Evolução relativa dos Grupos Ocupacionais nas RMs Brasileiras (2000-2010)

RM	Agricultores		Industriais		Peq. Empreendedores		Nível Superior		Terciário		Ocupações Médias		Secundário		Terciário não Especializado		Total	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010
Belém	1.50	2.13	0.23	1.34	0.80	-0.35	5.16	9.13	24.70	4.32	23.91	23.49	20.49	20.98	0.19	17.86	-3.61	100.00
Belo Horizonte	1.58	1.67	0.09	1.53	1.14	-0.09	6.20	11.23	16.84	1.84	25.99	26.88	0.96	23.72	29.32	-0.12	16.35	19.81
Campanha	4.24	4.50	-0.26	2.43	1.58	-0.77	7.77	19.86	15.72	0.74	25.72	26.71	0.74	23.87	23.88	-0.56	14.08	13.73
Curitiba	2.53	2.81	-0.28	2.43	2.20	-0.08	2.79	3.31	12.76	3.45	18.63	18.40	-1.80	19.44	19.03	-0.41	15.08	13.73
Florianópolis	3.69	3.24	-0.44	1.32	1.04	-0.29	1.60	8.78	3.32	20.63	18.93	22.72	-0.37	24.85	26.43	1.56	19.35	17.02
Foz de Iguaçu	3.10	2.47	-0.63	2.06	1.73	-0.36	5.85	10.13	18.65	19.21	24.55	24.77	0.19	24.76	25.34	0.58	18.21	14.61
Goiania	3.10	2.47	-0.63	2.06	1.73	-0.36	5.85	10.13	18.65	19.21	24.55	24.77	0.19	24.76	25.34	0.58	18.21	14.61
Manaus	7.07	6.56	-0.51	1.44	1.01	-0.43	1.15	8.32	4.14	18.22	2.53	24.84	23.20	-1.63	24.20	24.86	0.67	18.91
Pôrto Alegre	2.07	2.41	0.34	2.22	1.72	-0.50	2.66	1.98	-0.79	7.19	11.02	3.83	17.09	15.74	-1.35	26.35	28.80	2.42
Recife	1.77	1.62	0.04	1.67	1.52	-0.35	1.71	1.08	-0.63	6.96	9.82	2.86	21.43	19.23	-2.20	26.31	25.14	1.83
Rio de Janeiro	3.82	4.12	0.30	2.47	1.92	-0.55	1.94	1.17	-0.77	7.45	11.36	18.70	19.61	0.91	27.77	25.10	-1.67	16.93
Rio de Janeiro	0.95	0.61	0.05	2.08	1.47	-0.61	1.97	1.21	-0.76	8.49	12.31	3.62	20.43	20.21	-0.23	27.88	26.71	-1.16
Salvador	1.45	1.61	0.17	1.82	1.40	-0.42	1.95	1.17	-0.79	6.34	9.73	3.40	21.13	20.27	-0.86	27.74	27.32	-0.41
São Paulo	0.50	0.58	0.08	2.79	1.80	-0.99	2.08	1.35	-0.75	7.82	12.81	4.99	18.75	18.18	-0.57	27.89	27.89	-0.49
Vitória	2.35	1.62	-0.73	2.04	1.82	-0.22	2.53	1.85	-0.99	5.47	9.90	5.47	20.30	1.13	26.27	26.24	-0.04	23.31
Total Geral	1.73	1.77	0.04	2.27	1.63	-0.64	2.10	1.33	-0.77	7.33	11.44	4.10	19.20	18.84	-0.36	26.85	26.62	-0.23

Fonte: IBGE (2000 e 2010)

ABALHADORES DO TERCIÁRIO NÃO ESPECIALIZADO

Em relação às ocupações no setor terciário não especializado observou-se crescimento positivo em todas as regiões metropolitanas, mas, comparativamente a outras categorias ocupacionais, não gozou de expressivo crescimento na década entre as regiões metropolitanas brasileiras, apresentando 15,38% de expansão. Entretanto, Florianópolis (29,50%), Curitiba (25,97%), Campinas (25,87%), São Paulo (19,86%), Fortaleza (18,15%) são destaques acima da média nacional.

A COMPOSIÇÃO SETORIAL NAS METRÓPOLES BRASILEIRAS

Uma maneira de se identificar concentrações regionais de atividades econômicas é por meio dos quocientes locacionais (QL). Originalmente empregados na mensuração das aglomerações produtivas, os QL oscilam de zero a infinito, sendo que um QL = 1 significa que a região j apresenta no setor i uma proporção equivalente àquela encontrada no conjunto das regiões. Um QL superior a 1, por sua vez, é indicativo da concentração da atividade i na região j, ao passo que um QL inferior a 1 indica que a atividade i na região j encontra-se sub-representada em comparação ao conjunto das regiões. Os seus resultados permitem uma análise centrada na concentração de cada grupo ocupacional em cada uma das regiões metropolitanas (LARA; FIORI; ZANIN, 2010).

Tabela 4
Quocientes Locacionais – Grupos Ocupacionais
Regiões Metropolitanas Brasileiras (2000-2010)

RM	Trabalhadores Agrícolas		Dirigentes		Pequenos Empregadores		Profissionais de Nível Superior		Ocupações Médias		Trabalhadores do Terciário		Trabalhadores do Secundário		Trabalhadores do Terciário não Especializado	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2000	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010
Belém	1,10	1,20	0,59	0,75	0,64	0,60	0,84	0,80	0,89	0,88	1,22	1,31	0,89	0,93	1,22	1,11
Belo Horizonte	0,92	0,94	0,95	0,94	1,07	0,86	0,98	0,98	0,96	1,01	0,97	0,98	1,03	1,06	1,06	0,96
Campinas	1,44	1,08	1,09	1,03	1,10	1,19	0,95	0,95	0,92	0,95	0,85	0,89	1,25	1,21	0,90	0,93
Curitiba	2,75	2,54	1,07	1,16	1,23	1,39	1,01	1,04	0,98	1,00	0,91	0,83	1,08	1,08	0,80	0,84
Florianópolis	1,64	1,58	1,01	1,37	1,33	1,65	1,27	1,12	1,10	1,05	0,97	1,03	0,85	0,86	0,86	0,85
Fortaleza	2,13	1,83	0,58	0,64	0,76	0,70	0,74	0,77	0,86	0,85	1,07	1,05	1,08	1,19	1,10	1,06
Goiânia	1,79	1,39	0,91	1,07	1,33	1,30	0,80	0,89	0,92	0,93	0,97	1,02	1,08	1,14	1,04	0,91
Manaus	4,09	3,70	0,64	0,62	0,55	0,67	0,57	0,73	0,92	0,87	0,95	1,10	1,05	1,12	1,08	0,89
Porto Alegre	1,20	1,36	0,98	1,06	1,27	1,41	0,98	0,96	0,98	1,08	0,89	0,84	1,21	1,12	0,83	0,84
Recife	1,03	1,02	0,83	0,93	0,82	0,81	0,95	0,86	0,98	1,06	1,12	1,02	0,87	0,89	1,14	1,15
RIDE Brasília	2,21	2,32	1,09	1,18	0,92	0,88	1,02	0,99	1,03	0,98	0,97	1,04	0,74	0,78	1,19	1,13
Rio de Janeiro	0,32	0,34	0,92	0,90	0,94	0,91	1,16	1,08	1,04	1,00	1,06	1,07	0,88	0,91	1,05	1,07
Salvador	0,84	0,91	0,80	0,86	0,93	0,88	0,86	0,85	1,03	1,03	1,10	1,08	0,86	0,93	1,13	1,10
São Paulo	0,29	0,33	1,23	1,11	0,99	1,00	1,07	1,12	1,04	1,03	0,98	0,96	1,04	0,99	0,92	0,99
Vitória	1,36	0,91	0,90	1,12	1,21	1,17	0,75	0,87	0,98	0,99	1,00	1,08	1,01	1,04	1,07	0,95

Fonte: (IBGE 2000 e 2010)

O exame dos QLs para as ocupações agrícolas indica o maior desequilíbrio dentre os grupos ocupacionais, sendo expressiva a sua importância relativa em algumas RMs. As diferenças estão, como vimos, relacionadas à inserção de cada região na divisão nacional do trabalho, decorrente da forma como o país foi inserido na economia mundial, além de aspectos da formação histórica e social local. Segundo Diniz (2006, p.15), “as mudanças na distribuição regional da indústria brasileira nas últimas décadas indicam a combinação de quatro grandes tendências: perda da RMSP com ampliação do colar próximo; reconcentração macroespacial entre o centro de Minas

Gerais e o nordeste do Rio Grande do Sul; expansão industrial do Nordeste e surgimento de núcleos agro-minero-industriais no Centro-Oeste e Norte do país”.¹⁰

A Tabela 4 permite notar o forte agrupamento de indivíduos engajados em atividades agrícolas na região metropolitana de Manaus, que em 2000 contava com 4,09 vezes a proporção de trabalhadores agrícolas encontrado no conjunto metropolitano brasileiro. Este valor permaneceu bastante expressivo em 2010 (3,70), indicando a força do setor na RM Manaus. Também merecem destaque, apresentando concentrações de trabalhadores agrícolas acima do padrão metropolitano geral, tanto em 2000, quanto em 2010 as RMs: Curitiba (2,75 e 2,54), Brasília (2,21 e 2,32), Fortaleza (2,13 e 1,83), Goiânia (1,79 e 1,39) e Florianópolis (1,64 e 1,58). Do outro lado do espectro, têm-se as RMs Rio de Janeiro (0,32 e 0,34) e São Paulo (0,29 e 0,33) com forte sub-representação nas ocupações agrícolas em 2000 e 2010.

Os dirigentes, por sua vez, apresentam uma importância regional menos desbalanceada do que aquela observada no grupo agrícola. Os destaques ficam com São Paulo, que em 2000 contava com QL de 1,23, convergindo em direção à média das RMs brasileiras em 2010 (1,11), e Florianópolis, que saiu de uma proporção equivalente ao conjunto metropolitano em 2000 (1,01) para apresentar moderada concentração em 2010 (1,37). Por outro lado, apresentam-se como regiões metropolitanas com proporções abaixo do conjunto metropolitano em 2000 e 2010 as RMs Manaus (0,64 e 0,62), Belém (0,59 e 0,75) e Fortaleza (0,58 e 0,64).

Em relação aos pequenos empregadores, as regiões metropolitanas do sul do Brasil se destacam, apresentando concentrações moderadas de indivíduos vinculados a esse grupo ocupacional, consistentemente em 2000 e 2010: Florianópolis (1,33 e 1,65), Porto Alegre (1,27 e 1,41) e Curitiba (1,23 e 1,39). Coincidindo com a sub-representatividade dos dirigentes, Fortaleza (0,76 e 0,70), Belém (0,64 e 0,60) e Manaus (0,55 e 0,67) também apresentam, tanto em 2000 quanto em 2010, valores abaixo do conjunto metropolitano no quesito pequenos empregadores.

A categoria “profissionais de nível superior” apresenta-se mais uniformemente distribuída, contando apenas com o Florianópolis como destaque concentrador de profissionais em 2010 (1,37) e São Paulo, com 1,22 em 2000. A maioria das RMs apresentou valores próximos ao padrão metropolitano, mas Fortaleza (0,74 e 0,77), Vitória (0,74 e 0,82) e Manaus (0,57 e 0,73) têm na categoria profissionais de nível superior moderada sub-representação em 2000 e 2010.

Os grupos médios, terciário e terciário não especializado são os mais harmonicamente distribuídos no conjunto metropolitano brasileiro, não apresentando super ou sub-representações regionais. Note-se que os valores dos QL em todas as RMs brasileiras aproxima-se do valor 1, indicando equivalência em relação ao conjunto metropolitano. A única excepcionalidade digna de nota é a RM Belém, que no setor terciário apresentou ligeira concentração em 2000 e 2010 (1,22 e 1,31), e no grupo profissionais do terciário não especializado (1,22 em 2000). A Região Metropolitana de Belém tem mantido sua estrutura social “baseada na presença de atividades terciárias associadas à oferta de serviços, em sua maior parte ligada ao Governo Federal”, mas também com forte presença de estabelecimentos comerciais de grupos locais “resquícios do período de organização da economia gomífera do início do século XX” (LIMA *et al.*, 2015, p. 150).

¹⁰ “A reversão da concentração industrial se baseou na perda relativa da participação da área metropolitana de São Paulo na produção industrial do país. Entre 1970 e 2000 a participação desta na produção industrial do país caiu de 44% para aproximadamente 25%” (Diniz, *op. cit.*, p. 15).

Por fim, o setor secundário também apresentou relativo alinhamento das RMs em relação ao conjunto metropolitano, exceto Campinas onde o setor foi super-representado (1,25 e 1,21) e Brasília, onde o setor foi sub-representado (0,73 e 0,78), tanto em 2000, quanto em 2010.

Vale destacar a existência de certas regularidades, que fariam parte da assinatura sócio-ocupacional das regiões metropolitanas brasileiras, quão sejam: a presença equitativa dos grupos ocupacionais médios, secundários, terciários e terciários não especializados.

Outro aspecto discernível dos QIs é a existência de pequenos grupos de RMs que apresentam características semelhantes em sua constituição sócio-ocupacional. Chama a atenção o conjunto formado pelas RMs Belo Horizonte, Salvador, Recife e Vitória, que apresentaram QIs em todos os grupos ocupacionais próximos ao padrão geral das RMs, representando, portanto, exemplos emblemáticos da composição sócio-ocupacional basilar da metrópole brasileira.

Há que ressaltar o crescimento da indústria nordestina (capitaneada pela SUDENE), que ampliou sua participação na produção brasileira de 5,7% para 8,3% entre 1970 e 2000 (Diniz, 2006). Tem importância nesse processo o polo petroquímico de Camaçari (e outros projetos, como a nova unidade da Ford), na Bahia, e a “transferência das indústrias têxtil, confecções e de calçados dos estados da região Centro-Sul para os estados nordestinos, especialmente para a Bahia e Ceará” (Idem, p.21) – “embora importantes, essas indústrias não possuem capacidade de integração interindustrial regional que possa induzir a criação de grandes e diversificadas aglomerações industriais” (Idem, p.22). No caso de Pernambuco, houve perda na participação na indústria do país.

Um segundo grupo seria formado pelas RMs Manaus e Fortaleza, marcado por concentrações de grupos ocupacionais em atividades agrícolas, concomitantemente com a sub-representatividade nos grupos dirigentes, pequenos empregadores e profissionais de nível superior. Porto Alegre, Curitiba e Florianópolis, as metrópoles do sul, comporiam um terceiro grupo, no qual se destacam as concentrações em atividades agrícolas e pequenos empregadores.

Existem algumas regiões metropolitanas caracterizadas por sua excentricidade em relação ao padrão geral, como é o caso de Belém, onde os dirigentes e pequenos empregadores são sub-representados, mas o terciário tem forte destaque. Brasília, por sua vez, apresenta uma composição sócio-ocupacional caracterizada pela super-representação no grupo agrícola e sub-representação no secundário. As outras duas metrópoles nacionais Rio de Janeiro e São Paulo têm como especificidade a importância do setor agrícola abaixo do conjunto metropolitano, sendo que São Paulo conta com uma concentração de dirigentes. Vitória também apresentava composição impar em 2000, com super-representatividade no setor agrícola e nos pequenos empreendedores e sub-representação nas ocupações de nível superior, convergindo para a média nacional em 2010. Por fim, Campinas foi a única metrópole com concentração no grupo industrial.

Em resumo, do ponto de vista da composição social, a sociedade brasileira é marcada pelo trabalho manual, que constitui, nas metrópoles estudadas, quase dois terços da população ocupada (P.O.).¹¹ Entre 2000 e 2010 esta proporcionalidade pouco se alterou (de 61,4% para 59,0%). Na década, observam-se duas mudanças significativas: as categorias *dirigentes* e *pequenos empregadores* perderam importância relativa no conjunto da população ocupada; os *profissionais de nível superior*, ao contrário, cresceram muito em participação. Algumas das hipóteses

11A título de comparação, a proporção desse grupo em Paris e em New York nos anos de 1980 era menor do que 40% (PRETECILLE; RIBEIRO, 1999 e BAILEY; WALDINGER, 1992).

explicativas para essas mudanças situam-se nas políticas estatais que, no contexto internacional favorável, promoveram a ampliação do mercado de trabalho e o aumento do emprego formal,¹² além de uma política explícita de geração de vagas no ensino superior e de ampliação do acesso. Por outro lado, o permanente processo de centralização do capital pode explicar a menor proporção dos dirigentes no conjunto.

Ainda assim, no que diz respeito à parcela da população ocupada situada na extremidade inferior da hierarquia social, caracterizada pela baixa qualificação, precariedade nas relações de trabalho e baixos salários, esta constituía, em 2010, 16,1% do total, resultado do modelo de industrialização descrito. Se na maioria das metrópoles dos países desenvolvidos o mercado (esfera dominante de acesso aos recursos) convive com a redistribuição realizada pelos regimes de bem-estar social, nos países periféricos, diferentemente, esse processo foi incompleto, e a precária acumulação prévia à industrialização demandou a formação do setor informal e uma urbanização precária e desigual - no desenvolvimento do capitalismo no Brasil, “uma parte importante da sociedade se reproduzia através de formas de produção, circulação e consumo apenas parcialmente penetradas pelo mercado, composta pela produção doméstica de alimentos no campo e a produção coletiva de cidade expressa pela produção doméstica da moradia” (RIBEIRO, *op. cit.*, p. 26).

Os dados mostram semelhanças e diferenças importantes entre as metrópoles brasileiras, cuja explicação pode estar situada tanto no plano das mudanças na economia mundial e da inserção específica de cada uma, quanto no plano das especificidades de um país periférico continental e com diversidade regional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em relação aos aspectos mais gerais, deve-se destacar, na década analisada, o crescimento da população ocupada, mudança que pode ser considerada como positiva e diretamente relacionada ao crescimento econômico e do emprego. Ainda que não seja uma novidade, a divisão dos trabalhadores pelas ocupações mostra uma estrutura social diversificada, com uma presença significativa das ocupações médias, o que contraria as imagens de uma sociedade dividida entre ricos e pobres.

Em relação a possíveis mudanças na estrutura sócio-ocupacional, a análise geral para as 15 RMs mostrou um grau pequeno de mudanças na sociedade brasileira. No entanto, elas são reveladoras dos movimentos e processos da década. As mais significativas foram o aumento dos profissionais de nível superior, o que se relaciona diretamente com a expansão da oferta de cursos superiores por instituições públicas e privadas e com os programas federais de bolsas, mas também com a desconcentração territorial das instituições de ensino superior. Outra mudança importante, mas com sinal contrário, foi o encolhimento dos grupos dirigentes e dos pequenos empregadores, o que relacionamos com uma concentração do capital, ainda que tenha havido uma desconcentração territorial, com expansão do setor industrial, em algumas RMs no Nordeste, por exemplo.

Se a expansão dos profissionais de nível superior somada à diminuição dos dirigentes são os aspectos gerais mais dignos de nota, cabe também registrar como estas e outras mudanças não se fizeram sentir de forma homogênea em todas as RMs. Regiões metropolitanas situadas no topo da

¹² Na década de 1990, ao contrário, o ajuste produtivo, à base de capital intensivo e terceirização de parte do processo produtivo, havia gerado desemprego e alta precarização do trabalho (Pasternak, 2012).

hierarquia, como São Paulo e Rio de Janeiro, foram as mais atingidas pela queda dos dirigentes, ainda que São Paulo tenha sido a região a registrar o maior aumento de profissionais de nível superior. Nesse processo, novas RMs emergem com crescimentos muito significativos, como Florianópolis, RM que apresentou um expressivo crescimento dos dirigentes e dos pequenos empregadores, contrariando a tendência geral. Além de Florianópolis, Goiânia, Manaus e Fortaleza também apresentaram comportamentos destoantes, que merecerão um aprofundamento das suas causas assim como um acompanhamento no tempo, de forma a melhor compreendê-los e mesmo verificar se são expressões de mudanças passageiras ou tendências que se confirmarão na década atual e seguintes.

Além desses aspectos gerais vale destacar outros que dizem respeito, ora às especificidades de algumas metrópoles, ora a mudanças cujas origens já tinham sido percebidas por outras análises, à medida que conformam tendências um pouco mais consolidadas.

Historicamente, Rio de Janeiro e São Paulo concentraram as atividades econômicas e de comando. Este processo é refletido na posição que ocupam estas duas regiões metropolitanas na rede urbana brasileira. A partir da década de 1970, observa-se na RMSP uma desconcentração das atividades econômicas para outras regiões do estado, como Campinas, São José dos Campos, Sorocaba e Santos. Mas, como mencionado, apesar dessa desconcentração, ambas mantêm as posições mais altas na hierarquia, o que as classifica como RMs nacionais.

Brasília, capital nacional, destaca-se em sua composição social pela alta representatividade dos dirigentes e profissionais de nível superior e sub-representação dos trabalhadores do secundário, com explícita caracterização de suas funções de administração pública superior.

Os dados das concentrações dos dirigentes e pequenos empregadores mostram a importância adquirida por algumas metrópoles regionais, processo concomitante à desconcentração observada em São Paulo e Rio de Janeiro. Esses grupos, dirigentes e pequenos empregadores, se concentraram mais nas regiões metropolitanas de Curitiba, Florianópolis e Brasília. Estão também concentrados em São Paulo, embora nesta RM tenha havido perda de coeficiente locacional em 2010 (menor representação dos dirigentes). Também os pequenos empregadores continuam concentrados em Curitiba, Florianópolis, Porto Alegre e também em Goiânia; nesta última provavelmente em decorrência do reforço de seu papel de polo regional.¹³ Mas o seu maior crescimento relativo ocorreu em Florianópolis e em Manaus – nesta última, apesar do crescimento, continua subrepresentado.

Campinas e Porto Alegre se destacam por uma alta concentração, maior do que a média nacional, dos trabalhadores do secundário. Com exceção da RIDE-DF, onde está sub-representado, em todas as demais está próximo da média.

No processo de desconcentração urbano-industrial ocorrido na década de 2000, a ação estatal foi também fundamental. Do ponto de vista macroeconômico, essa foi uma década de continuidade da lógica econômica anterior, subordinada à dinâmica de financeirização. No entanto, a conjuntura internacional favorável permitiu os resultados positivos já mencionados, com alterações no bloco de poder: “à hegemonia financeiro-exportadora (bancos e agronegócio) que comanda a economia brasileira, vieram se juntar segmentos nacionais do grande capital,

¹³ “A cidade de Goiânia, até então centro de serviços da agricultura da região, está se transformando e desenvolvendo uma estrutura industrial mais diversificada” (Diniz, 2006, p. 25).

articulados por dentro do Estado” (Filgueiras, et al., 2010, p.37-38 *apud* Ribeiro, 2013, p.16).¹⁴ Esta coalizão concretizou-se em políticas públicas contraditórias, o que pode explicar o fato de que as mudanças na estrutura social das metrópoles brasileiras não significaram transformações expressivas.

Os acontecimentos político-institucionais de 2015 promoveram forte guinada nessa coalizão, com resultados previsíveis, mas ainda não visíveis. Na “disputa de projetos históricos na sociedade brasileira” (Ribeiro, 2013) perdeu, pelo menos por hora, o projeto vigente na década de 2000. No entanto, concordamos com Ribeiro, na sua afirmação de que “o cenário de rompimento com as tendências liberais historicamente inscritas em nossa industrialização pressupõe a construção de novo bloco histórico, com capacidade política, institucional e fiscal de orientar o desenvolvimento nacional para objetivos de crescimento, regulação nacional e proteção social” (Idem, p. 21), possibilitando, de fato, caminhar na direção de menor desigualdade sócio-econômica e maior equilíbrio da rede urbana.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Luciana T. de. O espaço metropolitano no Brasil: nova ordem espacial? *Caderno CRH* vol. 29, núm. 76, Janeiro-abril, 2016, pp. 101-118.

ARRETCHE, Marta. (Org.) *Trajetórias das desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos*. São Paulo, Ed. Unesp; CEM, 2015.

BAILEY, Thomas; WALDINGER, Roger. The Changing Ethnic/ Racial Division of Labor. In: MOLLENKOPF, John; CASTELLS, Manuel. *Dual city: restructuring New York*. New York: Russel Sage Foundation, 1992.

BOURDIEU, Pierre. Efeitos do lugar. In: BOURDIEU, P., *A Miséria do Mundo*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1997. p. 159-166.

BURT, James E.; BARBER, Gerald M.; RIGBY, David L. *Elementary Statistics for Geographers*. London: The Guilford Press. 2009.

CHENU, Alain; TABARD, Nicole. Les transformations socioprofessionnelles du territoire français: 1982-1990. *Population*, n.6, p.1735-1770, 1993

DINIZ, Clélio Campolina. *Dinâmica espacial e ordenamento do território*. CEPAL/ Escritório no Brasil. LC/BRS/R. 165. Janeiro de 2006. Disponível em <http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/28386/LCbrsR165_pt.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 17 de novembro de 2016.

DURKHEIM, Émile. *As regras do método sociológico*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Regiões de influência das cidades 2007*. Rio de Janeiro: IBGE, 2008. Disponível em

14 FILGUEIRAS, Luiz; PINHEIRO, Bruno; PHILIGRET, Celeste; BALANCO, Paulo. Modelo liberal-periférico e bloco de poder: política e dinâmica macroeconômica nos governos Lula. In: MAGALHÃES, João Paulo de Almeida. Os anos Lula: contribuições para um balanço crítico 2003-2010. Rio de Janeiro: Ed. Garamond, 2010, p. 35-69.

<<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv40677.pdf>>. Acesso em 15 de novembro de 2016.

- IPEA, *Brasil em Desenvolvimento: Estado, planejamento e políticas públicas*. Brasília : Ipea, 2010.
- LARA, Fernando M.; FIORI, Tomás P. e ZANIN, Vanclei. Notas sobre medidas de concentração e especialização: um exercício preliminar para o emprego no Rio Grande do Sul. Textos para Discussão FEE N 83. Secretaria do Planejamento e Gestão. Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser. Porto Alegre. 2010.
- LIMA, José Júlio Ferrreira; SANTOS, Ricardo Bruno; SENA, Lucinda Freitas de Assis; ARAÚJO, Camilla Leandra da Costa. Estrutura social e organização social da Região Metropolitana de Belém. In: CARDOSO, Ana Cláudia Duarte; LIMA, José Júlio Ferrreira (Org.). *Belém: transformação na ordem urbana*. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrôpoles, 2015.
- NERI, Marcelo Cortes. *Anova classe média: o lado brilhante da base da pirâmide*. Editora Saraiva, 2011.
- OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista – o ornitorrinco*. São Paulo, Boitempo Editorial, 2003 [o ensaio “a economia brasileira: crítica à razão dualista” foi publicado, pela primeira vez, em 1972 pelo Cebrap].
- PASTERNAK, Suzana. Mudanças na estrutura sócio-ocupacional das metrópoles brasileiras, 1991-2000. *Cadernos Metrôpole*, v. 14, n. 27, São Paulo, jan/jun 2012, p. 233-278.
- PRETECEILLE Edmond; RIBEIRO, Luis César de Queiróz. Tendências da segregação social em metrópoles globais e desiguais: Paris e Rio de Janeiro nos anos 80. *EURE (Santiago)* v.25 n.76 Santiago dic. 1999.
- RIBEIRO, L C. de Q. (Org.). *Hierarquização e identificação dos espaços urbanos*. Série Conjuntura Urbana. v. 1. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrôpoles, 2009. Disponível em: www.observatoriodasmetrosoles.net.
- RIBEIRO, Luis César de Queiróz. *Transformações na Ordem Urbana das Metrôpoles Brasileiras: 1980/2010 - hipóteses e estratégia teórico-metodológica para estudo comparativo*. OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES INSTITUTO NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA; FAPERJ /CAPES /CNPq. Rio de Janeiro, 2013.
- RIBEIRO, Luiz C. Q.; RIBEIRO, Marcelo G. Análise social do espaço urbano-metropolitano: fundamentos teórico-metodológicos e descrição dos procedimentos técnicos. CNPq-INCT/Observatório das Metrôpoles, dezembro de 2011.
- ROBINSON, Jennifer. Cities in a world of cities: the comparative gesture. *International Journal of Urban and Regional Research*. 35.1, 2011: 1-23.
- SARTORI, Giovanni, Comparación y método comparativo. In: SARTORI, Giovanni y MORLINO, Leonardo (Comp.). *La comparación en las ciencias sociales*. Madrid, Alianza Editorial, 1994.
- TOLEDO, Geraldo L. e OVALLE, Ivo, I. *Estatística Básica*. São Paulo: Editora Atlas. 1995.